

A Implantação da RDA em Biblioteca: identificando procedimentos

José Fernando Modesto da Silva (USP) - fmodesto@usp.br

Liliana Giusti Serra (Unesp / SophiA) - lgiustiserra@gmail.com

Resumo:

Em um mundo interconectado e globalizado, as bibliotecas menos ajustadas aos novos processos de representação descritiva terão dificuldades em oferecer serviços e produtos inovados para atendimento das demandas atuais de seu público. Neste contexto, que a RDA se torna um padrão de uso internacional. Assim, a abordagem deste artigo, orientado ao ambiente das bibliotecas, tem o objetivo de identificar experiências e procedimentos adotados por entidades e agências bibliográficas dos países que migraram para a RDA. Em termos metodológicos, o estudo classifica-se como de caráter descritivo e exploratório, por sua finalidade em proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torna-lo mais explícito e, assim, contribuir para o aprimoramento das ideias ou reflexões. Nas considerações, observa-se os procedimentos adotados pelos países, por meio entidades profissional e agências bibliográficas, para migração à nova norma. Além do estabelecimento de critérios e pesquisas que possam subsidiar a tomada de decisão pelo uso e implantação da RDA, como exemplo, a ênfase nos programas de treinamento e a tradução do código. Duas situações que devem fomentar as ações de implantação da RDA no Brasil.

Palavras-chave: *Código de Catalogação Bibliográfica; RDA; Planejamento Bibliotecário; Catalogação Descritiva*

Eixo temático: *Eixo 6: IV EEPC - Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação. Organização e Tratamento da Informação: tecnologias e novas ferramentas, instrumentos, processos, produtos e serviços, políticas, cooperação.*

Eixo 6: IV EEPC - Encontro de Estudos e Pesquisas em Catalogação. Organização e Tratamento da Informação: tecnologias e novas ferramentas, instrumentos, processos, produtos e serviços, políticas, cooperação.

1. Introdução

Na atualidade, em um ambiente global interconectado, as bibliotecas que melhor se ajustarem ao uso de um novo código orientado à organização e tratamento de material informacional, certamente estarão capacitadas para o exercício de ações cooperativas e de intercâmbio de registros bibliográficos, em amplitude mundial. As bibliotecas menos ajustadas aos novos processos de representação descritiva terão dificuldades em se beneficiar dos/ou oferecer serviços e produtos inovadores para atendimento das demandas atuais de seu público.

É, neste contexto, que a RDA (*Resource Description and Access*) se torna um padrão de uso internacional. Sinaliza para este fato o seu uso pelas principais bibliotecas do mundo, em especial as bibliotecas anglo-saxãs, bem como diversas bibliotecas nacionais europeias.

Contribui com essa tendência da RDA que, mais do que a substituta, é a continuação natural do AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano, 2ª edição). O que a indica como alternativa a ser implementada nos países da América Latina, em especial, o Brasil. Apesar de ter sido desenvolvida para atender ao trato do conteúdo digital, também considera os materiais impressos ou analógicos, proporcionando condições para descrição de acervos híbridos. Diante destes aspectos justificam-se a importância de abordar a questão da implantação da RDA nos serviços técnicos bibliotecários. Por meio da análise de experiências externas intenta-se obter subsídios que estimulam avaliações e planejamentos quanto aos procedimentos a serem adotados pela comunidade bibliotecária brasileira.

2. Objetivos

O contexto da abordagem deste artigo, orientado ao ambiente das bibliotecas, tem o objetivo principal de identificar experiências e procedimentos adotados por entidades de representação profissional e agências bibliográficas dos países que migraram para a RDA. Além de elencar critérios que possam subsidiar as discussões sobre a definição de programas e de estratégias de implantação da RDA.

3. Metodologia

Em termos metodológicos, o estudo classifica-se como de caráter descritivo e exploratório, por sua finalidade em proporcionar maior familiaridade com um determinado problema, com vista a torná-lo mais explícito e, assim, contribuir para o aprimoramento das ideias ou reflexões (GIL, 2009). No enfoque do problema de implantação da RDA, procedeu-se a análise, na literatura da área da Biblioteconomia, de material bibliográfico selecionado. Para tanto, coletou-se artigos com abordagem sobre planejamento e estratégias de adoção da RDA, no período de 2010 – 2016. Optou-se por analisar ocorrências em comunidades bibliotecárias de países de língua inglesa (cultura anglo-saxã) e países do continente europeu, por estarem esses países, na sua maioria, envolvidos no projeto de desenvolvimento da própria RDA.

4. As ações e estratégias para adoção da RDA

A RDA torna-se um fato irreversível como uma norma semântica de uso internacional ou no mínimo uma alternativa mais viável para as bibliotecas, no contexto da ambiência digital. Atualmente, é adotada pelas principais bibliotecas do mundo, em especial, nos países de língua inglesa, bem como entre várias bibliotecas nacionais europeias. Ademais, a RDA é a continuação da AACR2. Neste sentido, é presumível que será amplamente implementada por agências bibliográficas. No Brasil, observa-se de forma institucional, que existem bibliotecas em processo de implantação. Uma questão que motiva este estudo é saber como proceder e que critérios aplicar para um processo de implantação da RDA.

4.1 Contexto dos países de língua anglo-saxã

Tillett (2010) comenta os procedimentos de utilização da RDA na Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos; países esses responsáveis pelos testes iniciais da RDA, bem como pela sua manutenção e atualização. No caso da Austrália estabeleceu-se um cronograma de aplicação da norma, alinhado com a agenda de testes realizados nos Estados Unidos, sendo a implementação iniciada em meados de 2011. O cronograma contemplou a introdução de programa de treinamento planejado pelo *Australian Committee on Cataloguing*, acompanhado de pesquisa realizada para avaliar os resultados do treinamento. A Biblioteca Nacional da Austrália também promoveu alterações na *Australian National Bibliographic Database*; revisou as políticas de catalogação existentes; procedeu à conversão dos pontos de acesso legado; e implementou mudanças para acomodar a RDA ao catálogo coletivo local.

4.2 Contexto dos países europeus

Em relação ao continente europeu, Danskin e Gryspeerdt (2014) comentam que as bibliotecas adotaram, inicialmente, posição de cautela nos procedimentos de uso da RDA. A partir de seminário realizado em 2010, na cidade de Copenhague, organizado pelo *Joint Steering Committee for Development of RDA (JSC)* e o *European RDA Interest Group (EURIG)*, representantes de bibliotecas nacionais abordaram os seus respectivos planos em relação à norma. Foi consenso, entre as manifestações, aguardar o processo de implantação realizado pela *Library of Congress*, no período.

Saliente-se que a EURIG é uma entidade constituída de 32 membros representando 20 países. Esses membros são formados por bibliotecas nacionais, redes de bibliotecas, agências bibliográficas, empresas e organizações de padronização. Originalmente, a entidade, foi estabelecida informalmente pela *British Library*, *Deutsche Nationalbibliothek*, e a *Biblioteca Nacional de España*. Esta entidade assume a responsabilidade de instituir uma rede formal de disseminação de informação sobre a RDA e sua implantação, tornando-se parte ativa na comunidade responsável pelo desenvolvimento e implantação da norma.

No que se refere aos países europeus, demonstra-se que, em termos técnicos, o projeto RDA recebe a contribuição de várias entidades europeias, com destaque mencionado pelos autores, ao trabalho da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), Seção de Catalogação e o EURIG. Salienta-se que o sucesso do trabalho está baseado na cooperação e no consenso. Apesar da necessidade em conciliar diferentes culturas nas abordagens, a Seção de Catalogação da IFLA prepara e mantém padrões catalográficos básicos. Estes padrões são fundamentais e têm influência sobre a RDA.

5. Análise dos planejamentos e estratégias adotados

Neste tópico, sistematiza-se as informações coletadas na análise da literatura apresentada no item anterior sobre a implantação da RDA. Por meio do quadro 1, lista-se alguns dos procedimentos adotados na implantação da norma em países citados. Certamente, não se esgota e nem abrange a totalidade das ações, apenas ilustra e corrobora para o tipo de atenção e reflexão que podem ser desenvolvidas, no Brasil, para estimular a adesão ao uso da RDA, em curto prazo.

Quadro 01 – Lista de ações implementadas para adoção da RDA

Indicadores	Austrália	Alemanha	Canadá	Espanha	EUA	França	Holanda	Reino Unido
Catálogo Coletivo	X		X				X	
Comitê Implantação RDA		X	X			X	X	X
Cronograma Implantação	X					X		
Eventos/Lista discussão RDA							X	
Obstáculos para RDA				X				
Pesquisa sobre bibliotecas							X	
Pesquisa sobre descrição e definição RDA						X	X	
Pesquisa resultado do treinamento	X	X	X		X			
Produção Documentos RDA							X	
Programa de Treinamento	X	X	X		X	X	X	X
Tradução RDA		X	X	X		X	X	

Entre os indicadores, encontra-se a tradução do código promovida pelos países de fora da comunidade de língua inglesa. Mesmo o Canadá, país bilingue, promoveu, em parceria com a França, a tradução da norma para sua comunidade de língua francesa. No Brasil, a questão da tradução parece não encontrar preocupação maior na comunidade bibliotecária, ao menos no que seja de conhecimento público.

Entende-se que a tradução da RDA ao idioma português é essencial para sua maior e melhor disseminação entre a comunidade bibliotecária. Possibilitar ampla capacitação dos profissionais e, principalmente, a formação dos estudantes de biblioteconomia sob as novas perspectivas da catalogação descritiva é um passo determinante para a construção de estratégia de transição de normativas.

O programa de treinamento orientado ao conhecimento, avaliação e planejamento no uso da RDA, é um indicador destacado. Dois aspectos estão relacionados a esse requisito. Um é a aplicação de pesquisa avaliativa dos seus resultados. Procedimento essencial até para ambientação com o trato da nova norma. Outro aspecto é a constituição de um Comitê nacional de coordenação do processo de implantação da RDA ou de grupos de trabalhos com a mesma finalidade.

Observa-se o forte envolvimento de entidades profissionais e agências bibliográficas (bibliotecas nacionais e bibliotecas consideradas principais) no processo de planejamento, até mesmo sediando os comitês ou estabelecendo os grupos de trabalho

dedicados à produção de documentos sobre a RDA, seu impacto no sistema bibliotecário, no intercâmbio de registros e nos custos.

Ainda, em relação à constituição de um Comitê, deve-se observar a tentativa, neste sentido, de criar no Brasil a Comissão Brasileira de Tratamento da Informação (CBTI), proposta aprovada a partir da recomendação efetuada em agosto de 2011, durante a realização do XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, na cidade de Maceió. A proposta ocorreu durante encontro de catalogação promovida pela professora Rosa Maria Correa, com a indicação de três bibliotecários responsáveis por encaminharem, posteriormente, à FEBAB, uma proposta regimental de funcionamento do CBTI como um órgão assessor da Diretoria, com a finalidade de promover a divulgação e o desenvolvimento de padrões, normas e atividades relacionadas à representação e descrição bibliográfica em unidades de informação brasileiras (*citação nossa*).

Um aspecto, que implica na necessidade de planejamento do treinamento, é a compreensão dos conceitos teóricos envolvidos no fazer do catalogador. Diferente dos processos tradicionais, o processo de capacitação requer leitura e reflexão sobre as bases teóricas advindas com os requisitos funcionais dos registros bibliográfico e de autoridade, e os novos princípios da catalogação que enfatizam as atribuições das tarefas dos usuários. Há necessidade, ainda, de entender a própria leitura dos registros em formato MARC sob estas novas perspectivas trazidas pela modelagem dos dados bibliográficos: obra, expressão, manifestação e item.

Entre os países citados, alguns possuem catálogos coletivos nacionais. Esses catálogos foram analisados quanto as alterações e mudanças necessárias para acomodar a RDA por serem meios de compartilhamento e distribuição de registros entre as bibliotecas, contribuindo para uma uniformidade dos dados e um padrão das atividades técnicas.

O Brasil não possui um catálogo coletivo nacional. Assim, as análises sobre os ajustes das bases de dados catalográficas estão limitadas ao âmbito institucional, o que não invalida o estabelecimento de orientações técnicas para implementar a RDA nos catálogos existentes. Constata-se que os espaços de pesquisas sobre a implantação da norma, além de necessárias, tendem a se ampliar nos próximos anos para melhor dimensionar os seus efeitos nos processos técnicos.

Considerações Finais

A RDA se torna um padrão de uso internacional. O seu uso pelas principais bibliotecas do mundo sinaliza para esse fato. A norma não só substitui a AACR2, mas implementa uma revisão nos processos catalográficos tradicionais.

Conforme intenção dos objetivos deste trabalho, observa-se os procedimentos adotados pelos países, por meio de entidades profissionais e agências bibliográficas, para migração à nova norma. Além do estabelecimento de critérios e pesquisas que possam subsidiar a tomada de decisão pelo uso e implantação da RDA como, por exemplo, a ênfase nos programas de treinamento e a tradução do código. Situações que devem fomentar as ações de implantação da RDA no Brasil e que são essenciais para consolidar sua adoção ao torna-la assimilável pela comunidade bibliotecária.

A inserção da RDA, no contexto da catalogação brasileira, provavelmente será lenta e custosa, com reflexo para a comunidade usuária em usufruir de novos parâmetros de

representação descritiva, interfaces de catálogos online, e novos princípios de relacionamento entre registros bibliográficos. Além destes pontos, recomenda-se também o estabelecimento de planejamento criterioso e aplicação de estratégia de transição do AACR2 à RDA por parte das instituições interessadas, com o intuito de compartilhar com as demais bibliotecas brasileiras um arcabouço de experiências ou, até mesmo, estipular uma metodologia que fomente orientações para a transição.

A não adoção ou a morosidade na implementação da RDA nas bibliotecas brasileiras também podem representar restrições nas atividades de catalogação cooperativa, podendo limitar ou impedir a importação de registros bibliográficos de instituições internacionais que já aderiram à RDA.

E, por fim, a constituição de uma comissão nacional para conduzir ou estimular um salto para adoção efetiva da RDA e sua disseminação entre todas as categorias de biblioteca, de forma uniforme.

Referências:

Aliverti, C.; Behrens, R.; Schaffner, V. RDA in Germany, Austria, and German-speaking Switzerland: a new standard not only for libraries. **JLIS.it**, v. 7, n. 2, p.253-278, May 2016. Disponível em: DOI: 10.4403/jlis.it-11702. Acesso em: 10 mar. 2016.

Arsenault, C.; Paradis, D.; Riva, P. Translating RDA into French. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 52, n. 6-7, p.704-722, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01639374.2014.889059>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Behrens, R.; Frodl, C.; Polak-Bennemann, R. The Adoption of RDA in the German-Speaking Countries. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 52, n. 6-7, p. 688-703, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01639374.2014.882872>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BNE. Biblioteca Nacional de Espanha declaração relativa à RDA. **RDA em Espanha | @ ABES rda**, 2014. Disponível em: <https://rda.abes.fr/tag/rdaenespagne/>. Acesso em: out. 2016.

Danskin, A.; Gyspeedt, K. Changing the rules? RDA and cataloguing in Europe. **Liber Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 112–123, 2014.

Garcia, A. RDA in Spanish: Translation Issues and Training Implications. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 52, n. 6-7, p. 723-732, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01639374.2014.910286>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Tillett, B. B. RDA and Plas: Australia, Canada, UK e US. **EURIG**, August 8, 2010.

Wintermans, L.; Van Spanje, D. **Implementing RDA in the Netherlands**. Viena: OCLC, 25 April 2014. Disponível em: <https://goo.gl/KXPXjZ>. Acesso em 10/03/2017. Acesso em: 05 dez. 2016.